



Em defesa da vida

Garantia dos empregos

Proteção dos direitos

Não às privatizações

Fora,

Bolsonaro!

FOTO: NANDO NEVES

Os Encontros Estaduais dos bancários e bancárias do Estado do Rio de Janeiro foram os primeiros eventos oficiais organizados pela nova Federação Estadual das Bancárias e Bancários do Rio de Janeiro (Federa/RJ), que nasce representando cerca de 40 mil trabalhadores.

A defesa da vida, com vacinação para toda a categoria e para a população; a intensi-

ficação dos protocolos de prevenção à Covid-19; o fim das demissões e das metas abusivas que são cobradas até mesmo na pior crise sanitária do planeta; os direitos também para quem permanece em home office; mais saúde e segurança e melhores condições de trabalho, além da luta contra as privatizações estão entre as principais bandeiras aprovadas nos encontros

realizados por videoconferência e que serão levadas para os encontros e congressos nacionais (de 3 a 8 de agosto) e para a 23ª Conferência Nacional, que será realizada dias 3 e 4 de agosto. Houve uma unanimidade entre os participantes: a luta da categoria só será integralmente vitoriosa se os trabalhadores, unidos, impuserem uma derrota ao governo genocida de Jair

Bolsonaro, que mata milhares de vida por descaso, incompetência e corrupção no combate à pandemia e impõe uma política econômica e reformas que retiram os direitos e conquistas dos trabalhadores.

Confira nesta edição e em nosso site (www.bancariosrio.org.br) mais detalhes dos encontros organizados pela Federa/RJ.

Encontros Estaduais definem pautas que deverão nortear a campanha nacional dos Bancários

Confira as prioridades da categoria e as datas dos encontros nacionais. A Conferência Nacional está confirmada para os dias 3 e 4 de setembro.

Banco do Brasil

Defesa intransigente do caráter público do Banco do Brasil e combate ao projeto de privatização, campanha permanente para buscar o apoio da população a esta luta, reabertura de agências, contratação imediata dos concursados e defesa da Previ e da Cassi contra os ataques do governo, além da campanha Fora Bolsonaro, Mourão e Guedes, foram algumas das mais importantes propostas aprovadas no Encontro dos Funcionários do Banco do Brasil do Estado do Rio de Janeiro, finalizado na tarde de sábado (31/7).

Foram aprovadas também vários itens para proteger a vida e a saúde dos funcionários durante a pandemia da Covid-19, como garantia de acesso ao home office para todo o funcionalismo que não possa atuar no trabalho presencial e os rodízios e redução de jornada, sem redução de salário, para proteger os trabalhadores da pandemia e garantir o atendimento básico da população; fim das metas negociais; revisão das metas relativas ao tempo de atendimento; nenhum descomissionamento e manutenção da função dos caixas executivos e melhores protocolos de prevenção ao vírus. Os direitos e condições de trabalho para quem está em home office também estão entre as prioridades da minuta de reivindicações. No item sobre o sistema de saúde dos funcionários do BB, os bancários denunciam que o Plano Cassi Essencial faz parte de uma estratégia para esvaziar os planos já existentes (Cassi Família I e II) e a redução da corresponsabilidade do banco com a manutenção da Cassi e do Plano de Associados é uma política de governo. O objetivo da direção do banco e do governo federal é o de precarizar as condições de trabalho e retirar direitos para facilitar a privatização do banco.

A Previ tem sofrido ameaças e muitos riscos pela postura do governo de abrir o mercado para entidades abertas de previdência complementar do funcionalismo. O Encontro Nacional dos funcionários do BB será na sexta (6 de agosto) e sábado (7/8).

Itaú

Garantia de emprego com o fim das demissões, acordo de remuneração variável, plano de previdência para todos e acordo de teletrabalho estão entre as prioridades dos funcionários do Itaú aprovadas no encontro estadual realizado por meio virtual na quinta-feira (29/7). Os bancários querem um acordo sobre o Gera, o programa de renda variável, que tem gerado muitas preocupações e mais pressão por metas. Defenderam ainda a suspensão das metas durante a pandemia. Reivindicaram um protocolo mais rígido de prevenção à Covid-19 para as agências com funcionários com suspeita de contaminação. Outro problema apontado é o acúmulo de funções.

O encontro defendeu que as posturas abusivas e de assédio moral sejam denunciadas e criticam que os programas de desempenho estão sendo usados como instrumento de punição aos bancários. Foi defendida a proposta da criação de uma gratificação de função de 50% do salário dos agentes de negócio, com manutenção das atuais verbas salariais. A criação de um Plano de Cargos e Salários; equipamentos e condições dignas para execução de teletrabalho; definição de tarefas no home office também foram itens aprovados. O Encontro Nacional será nesta quinta-feira, dia 5 de agosto.

Mercantil

Testagem de Covid-19 nas agências; preenchimento da Comunicação de Acidente de trabalho (CAT) pelo próprio banco, entendendo que a Covid é uma doença do trabalho; valorização das mulheres, pois os homens têm tido mais oportunidades; manutenção do emprego; e fim da rotatividade. Estas foram as principais propostas aprovadas pelos bancários do Banco Mercantil do Brasil (BMB), em seu Encontro Estadual, realizado na quinta-feira (29/7). As propostas serão encaminhadas para o Encontro Nacional do BMB, que acontece nesta quinta-feira, dia 5 de agosto.

Bradesco

Uma das maiores preocupações dos bancários do Bradesco é a reestruturação no banco, com o fechamento de agências e demissões em massa. A falta de segurança nas unidades de negócios, que não possuem nenhum vigilante sequer, colocando em risco a vida dos bancários e clientes, também preocupa os empregados. A preservação da vida, em função da pandemia da Covid-19 acabou se tornando o item prioritário na luta recente da categoria.

Os participantes lembraram que, no Bradesco, nenhum trabalhador está oficialmente em teletrabalho, mas continua considerado como home office. A COE quer garantir os direitos também para quem está em home Office e um acordo mantendo o revezamento e proteção dos funcionários durante a pandemia.

Como nos demais bancos, os trabalhadores querem que o banco pare de cobrar metas durante a crise sanitária da pandemia. Outra pendência nas negociações específicas é a questão da PLR dos empregados do antigo HSBC. O Encontro Nacional está confirmado para esta terça-feira, dia 3 de agosto, às 17h.

Santander

Um dos temas mais debatidos no encontro estadual dos empregados do Santander foram as práticas antissindiais do banco espanhol, no Brasil. A postura da direção da empresa resultou em uma derrota recente do banco na Justiça do Trabalho. Decisão do juiz Jerônimo Azambuja Franco Neto, da 60ª Vara de Trabalho de São Paulo, na terça-feira (27/7), condenou o Santander por práticas antissindiais ao tomar decisões arbitrárias e não dialogar com a representação sindical. O banco foi condenado a pagar uma indenização de R\$50 milhões. Abertura de negociação para debater melhorias nas medidas de prevenção à Covid-19, suspensão das demissões, déficit de funcionários nas unidades que sobrecarregam os funcionários e as metas abusivas cobradas em plena pandemia também estão na pauta. O encontro nacional dos bancários do Santander está confirmado para terça-feira, dia 3 de agosto, às 16h.

Caixa

Econômica Federal

Os empregados da Caixa aprovaram o fortalecimento da campanha contra a privatização e os ataques do Governo Bolsonaro aos direitos dos trabalhadores de estatais. Na questão do Saúde Caixa, a relação de custo 70/30 e os princípios do mutualismo, solidariedade e pacto intergeracional são considerados inegociáveis pelos bancários. Na avaliação dos participantes do encontro estadual, as reestruturações e os ataques do banco aos direitos dos trabalhadores têm por objetivo preparar a empresa para a sua privatização.

Outro ataque citado contra o Saúde Caixa e os direitos dos empregados veio através da CGPAR (Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União), como a resolução 23, que é uma ameaça real à relação 70/30 e a qualidade da assistência de saúde dos trabalhadores. Aprovaram a necessidade de mobilização dos bancários para a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 956/2018, de autoria da deputada federal Érika Kokay (PT-DF), que susta os efeitos da resolução 23 da CGPAR que retiram direitos dos empregados e ameaçam o caráter solidário do plano. Os empregados vão intensificar também a luta em defesa da Funcef, o fundo de pensão dos trabalhadores da Caixa, que vem sofrendo ataques da direção do banco e do governo.

O encontro aprovou ainda várias propostas que serão levadas para o 37º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa (Conecef), como o fim das metas abusivas e do assédio moral já no período da pandemia; fim da penalização dos bancários que são constrangidos a fazer vendas casadas e são prejudicados na promoção automática, quando os clientes denunciam a prática ao banco; solução para os atrasos das comissões; criação de um calendário de lutas; direitos dos trabalhadores que estão em home office. Foi aprovada ainda a delegação que irá representar os empregados no Conecef, que será realizado nos dias 6 e 7 de agosto (sexta e sábado).

BANCÁRIO

Presidente: José Ferreira Pinto – Sede – Av. Pres. Vargas, 502/17º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 – Centro – Fax (Redação): (021) 2103-4112 – Sede Campeste - R. Mirataia, 121 - Tel: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) – Secretaria de Imprensa (imprensa@bancariosrio.org.br) – Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável Coletivo de Imprensa: Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - Editor: Carlos Vasconcellos - MTb 21335/RJ - Redatores: Carlos Vasconcellos e Olintho Contente - Diagramador: Marco Scalzo - Fotos: Nando Neves - Secretário de Imprensa: Celedon Broca – Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 – Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4122/4123 – Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 – Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 – Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 – Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - Tiragem: 9000

Eleição de delegados sindicais do Banco do Brasil

Até a próxima sexta-feira (6/8) os funcionários do Banco do Brasil têm um compromisso especial: votar para eleger o delegado sindical de sua unidade. Para participar basta acessar o link <https://pt.surveymonkey.com/r/DelegadosBB2021>, em nosso site, e escolher seu representante. Rita Mota, diretora do Sindicato e integrante da Comissão de Empresa dos Funcionários (CEBB), lembrou que é necessário verificar ao acessar o link se a unidade onde você trabalha tem candidato. Destacou ser

importante votar e, assim, exercer este direito conquistado com muita luta e greves, de eleger os delegados de base, que, junto com o Sindicato, ajudam a defender os direitos do funcionalismo. “Eleger os delegados sindicais se torna ainda mais fundamental numa conjuntura em que o governo pretende privatizar o BB, vem desmontando a estrutura do banco e atacando nossos direitos, postos de trabalho, remuneração, assim como a Cassi e a Previ”, enfatizou a dirigente.



Truculência: Caixa encerra GT Saúde unilateralmente

A diretoria da Caixa Econômica Federal decidiu encerrar arbitrariamente as negociações do Grupo de Trabalho Saúde Caixa. A comunicação foi feita durante reunião na sexta-feira (30/7) na qual os representantes do banco deram mostras da sua truculência, recusando pedido feito pela bancada dos empregados de prorrogar as negociações para que se chegasse a uma solução conjunta de modelo de custeio viável e sustentável para os usuários.

Ao fazer isto, deliberadamente passou por cima do objetivo que levou a criação do GT que é o de chegar a soluções através de acordo entre a CEF e a representação dos empregados. Preferiu agir de forma arditosa, impondo uma proposta de forma unilateral, aplicando integralmente a resolução 23 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), desrespeitando o que firmou no acordo coletivo de trabalho, negociado e assinado na campanha de 2020. A resolução estabelece contribuição paritária do banco e cobrança de mensalidade por beneficiário, de acordo com faixa etária ou renda -, e o teto de 6,5% da folha de pagamentos e proventos para a Caixa custear o plano.

Na reunião, a bancada dos empregados apresentou uma propos-



Amorim: decisão vai para a mesa permanente. “A forma de manter o plano é a pressão”, afirmou.

ta que mantém o modelo atual de contribuição de 70% da Caixa e 30% dos associados, sem necessidade de reajuste. A proposição mantém os princípios de solidariedade, mutualismo e pacto intergeracional, com gestão por RH e dos percentuais de mensalidade por grupo familiar.

A posição da Caixa impediu que o GT cumprisse o seu papel. As propostas, a da direção da Caixa e a dos empregados, diante da decisão unilateral, serão levadas à mesa de negociação. Na reunião do GT a bancada dos empregados demonstrou indignação pelo fim das negociações. Lílian Minchin, integrante do GT, argumentou

que a dificuldade no acesso aos dados atrapalhou o trabalho da empresa atuarial que assessora os empregados. “Agora, com as duas propostas prontas, o grupo deveria avançar no debate, mas a Caixa recusou”, ressaltou.

MOBILIZAÇÃO, JÁ!

O representante do Rio na Comissão Executiva dos Empregados (CEE-Caixa) (CEE), Rogério Campanate, já adiantou que o acordo coletivo não prevê o cumprimento da CGPAR e que será chamada uma grande mobilização dos empregados para reverter esta ameaça feita pela diretoria

do banco. “O assunto será pauta dos encontros, conferências e congresso dos empregados e vai gerar uma grande campanha em defesa da continuidade das negociações do GT a fim de cumprir seu objetivo de chegar a uma solução por acordo, relativa ao Saúde Caixa”, frisou.

A coordenadora do GT e da CEE, Fabiana Uehara Proscholdt, ressaltou que não será aceita a imposição CGPAR 23, sob qualquer aspecto. “Além de não ser uma legislação, esta resolução não está prevista no acordo coletivo e a anulação dos seus efeitos está sendo discutida no Congresso Nacional. Enfatizamos a necessidade de ampliar a discussão para levarmos propostas decentes aos colegas, mas a Caixa decidiu, unilateralmente, encerrar o grupo”, criticou.

Diretor do Sindicato e membro do GT, Sérgio Amorim, condenou o posicionamento arbitrário da direção do banco. Classificou a proposta como a pior possível, aplicando todos os limitadores que comprometem a viabilidade de pagamento para os empregados. “O tempo todo a Caixa declarava que a construção do modelo seria em conjunto, já que é paritário, mas desde o começo o que se viu foi a imposição das diretrizes do presidente do banco, Pedro Guimarães”, avaliou.